Licitação

- Modalidade
- Registro de Preço
- Situação
- Tipo Instrumento
- Valores

Modalidade

Concorrência

É a modalidade de licitação voltada para a contratação de bens e serviços especiais, além de obras e serviços de engenharia (comuns ou especiais). Ela é utilizada quando o objeto possui alta complexidade técnica ou financeira, exigindo critérios de julgamento mais variados, como menor preço, melhor técnica, técnica e preço ou maior retorno econômico. Diferente do pregão, ela comporta ritos que permitem avaliar profundamente a capacidade técnica dos fornecedores para garantir a execução de projetos de maior vulto.

Credenciamento

Processo administrativo de chamamento público em que a Administração Pública convoca interessados em prestar serviços ou fornecer bens para que, preenchidos os requisitos necessários, se credenciem no órgão ou na entidade para executar o objeto quando convocados.

Dispensa

É a contratação direta realizada em situações onde a competição é possível, mas a lei permite que o processo licitatório formal seja dispensado para garantir a agilidade e a eficiência administrativa. É aplicada principalmente em casos de baixo valor, emergências ou quando não aparecem interessados em licitações anteriores (licitação deserta). De acordo com os órgãos de controle, exige processo administrativo obrigatório com justificativa de preço e escolha do fornecedor, assegurando a transparência e a vantajosidade para o setor público.

Inexigibilidade

É a forma de contratação direta que ocorre quando é impossível realizar uma disputa de preços por falta de concorrentes. Ela é usada para contratar fornecedores exclusivos, artistas consagrados ou serviços técnicos muito específicos. Nesse caso, a licitação não acontece porque não há alternativas no mercado, exigindo apenas que o órgão público prove a exclusividade do objeto e a compatibilidade do preço com o mercado.

Pregão

É a modalidade de licitação obrigatória para a aquisição de bens e serviços comuns, considerados como aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado. O julgamento é realizado pelos critérios de menor preço ou maior desconto, permitindo uma disputa rápida e competitiva para itens que o mercado já oferece de forma padronizada.

Registro de Preço

Conjunto de procedimentos para registro formal de preços, fornecedores e condições de fornecimento para contratações futuras. A compra só ocorre quando houver necessidade, por meio da Ata de Registro de Preços, sem obrigatoriedade de consumo total. Conforme a Lei 14.133/2021 e o Decreto 11.462/2023, o SRP pode ser adotado nas modalidades Pregão (para bens e serviços comuns) e Concorrência (para bens e serviços especiais e de engenharia). Também é admitido em casos de Contratação Direta (Dispensa ou Inexigibilidade) para a compra de bens ou contratação de serviços por mais de um órgão ou entidade.

Situação

Divulgada no PNCP

Indica a disponibilização oficial dos editais de credenciamento e de pré-qualificação, avisos de contratação direta e editais de licitação no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP.

Publicada

Indica que os editais de credenciamento e de pré-qualificação, avisos de contratação direta e editais de licitação foram publicados.

Revogada

Indica que o processo foi encerrado por decisão da Administração Pública.

Tipo Instrumento

Ato que autoriza a Contratação Direta

Documento administrativo que formaliza a decisão de contratar sem licitação (Dispensa ou Inexigibilidade). Conforme a Lei 14.133, este ato deve ser fundamentado com a justificativa do preço, a escolha do fornecedor e a comprovação da hipótese legal, sendo ratificado pela autoridade superior.

Aviso de Contratação Direta

Documento de divulgação pública que comunica a intenção da Administração de realizar uma dispensa de licitação (especialmente por baixo valor).

Edital

Instrumento convocatório que estabelece as regras, prazos e condições de uma licitação. É considerado a "lei interna" do certame, definindo os critérios de julgamento e as exigências de habilitação.

Edital de Chamamento Público

Instrumento utilizado para procedimentos auxiliares, como o Credenciamento ou a Pré-qualificação. Serve para convocar interessados que preencham determinados requisitos para prestar serviços ou fornecer bens de forma padronizada.

Valores

Valor Estimado

É o preço de mercado calculado pela Administração Pública na fase de planejamento (fase interna) da licitação. Ele representa o valor máximo que o órgão se dispõe a pagar, sendo obtido por meio de uma pesquisa de preços ampla e rigorosa.

Valor Homologado

É o preço final da contratação, definido após a disputa entre os fornecedores e a escolha da proposta mais vantajosa. Ele é oficializado no ato da Homologação, quando a autoridade superior valida todo o procedimento licitatório e confirma o vencedor. Esse é o valor que efetivamente será registrado no contrato ou na ata de registro de preços.

Diferença Prática:

Valor Estimado: Representa a previsão de gasto (o que o órgão espera pagar).

Valor Homologado: Representa a contratação real (o que o órgão vai pagar).

> Nota: A comparação entre o Estimado e o Homologado é o que permite calcular a economicidade (o desconto obtido) no processo.